

<b>Memória de Reunião:</b> CEDRUS/MA	<b>Número de participantes:</b> 17 pessoas		
<b>Objetivo:</b> 4ª Reunião Ordinária do ano 2018	<b>Data:</b> 21/08/2018	<b>Início:</b> 08:30 às 13:00	<b>Término:</b> 13:00 h
<p><b>Pauta:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável:             <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Como se encontram;</li> <li>2.2. Demandas e capacitações;</li> </ol> </li> <li>2. Funcionamento do CEDRUS;             <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 Solicitação de inclusão ao CEDRUS: Delegacia Federal da SEAD/MA e Rede de Colegiados;</li> </ol> </li> <li>3. POA – Plano Operativo Anual;</li> <li>4. Situação atual do PNCF;</li> <li>5. Projeto CAR/BNDES.</li> </ol>			
<p style="text-align: center;"><b><u>Presentes/Entidades:</u></b></p> <p><b>Presidente do CEDRUS:</b> Luciene Dias Figueiredo (Presidente CEDRUS), Denise Macedo (Assessora CEDRUS).</p> <p><b>Conselheiros:</b> Claudia Regina Cascáis Sousa (AGERP), Maria da Graça Amorim (FETRAF), Valdener P. Miranda (ASSEMA), Joaquim Alves de Sousa (UNICAFES), Carolina Sena (Tijupá), Valdirene Ribeiro (COOSERT), Miguel Henrique (FETAEMA), Rosania Lima Barreto (ITERMA), Ana Carolina M. Mendes (MIQCB), Itaan Santos (UEMA)</p> <p><b>Convidados:</b> João Batista Rios, João da Graça de Carvalho, Laiana Maria P. Linhares (UTE/SAF)</p> <p>A Presidente do CEDRUS Luciene Dias Figueiredo iniciou a reunião às 08:30 horas fez a leitura da frequência das entidades presentes confirmando o quórum, apresentou a pauta e como foi construída. Em última reunião do CEDRUS, o conselheiro Fábio Pierri (Tijupá) manifestou a funcionalidade do CEDRUS de ser mais atuante com discussões e temas estruturantes.</p> <p><b>1. CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável</b></p> <p><b>1.1. Como se encontram</b></p> <p>Foi apresentado uma planilha demonstrativa com o quantitativo dos CMDRS com 85 constituídos e ativos; 34 constituído não ativos e 98 não existe ou não se obteve informações. Houveram oficinas orientativas sobre implementação e reorganização dos conselhos municipais nas Agritec's nos municípios de Barra do Corda, Santa Luzia do Tinde, Itapecuru, Cururupu, São Raimundo das Mangabeiras, Lago da Pedra, Timon. Envolvendo vários municípios com representantes do STTR's SINTRANF's, Cooperativas, Jovens Rurais, Conselheiros do CEDRUS e representantes de CMDRS's e Secretarios Municipais.</p>			

## **2.2. Demandas e capacitações;**

A Presidente informou aos conselheiros que foi solicitado ao CEDRUS por meio de ofício capacitações para reestruturar os conselhos municipais: Presidente Médice, Nova Olinda do Maranhão, Araguaianã, Igarapé do Meio, Pio XII, Montes Altos, Serrano do Maranhão, Turfilândia, Santa Luzia do Tinde, Igarapé do Meio, Alcântara. A Presidente propõe realizar visita en loco com a participação dos conselheiros do CEDRUS nesses municípios. Uma vez que temos confeccionado a cartilha orientativa para contribuir os CMDRS, mas é necessário fazer um planejamento estruturante para viabilizar o fortalecimento destes conselhos.

## **2. Funcionamento do CEDRUS**

O Conselheiro Itaan de Jesus (UEMA) – Para tanto, é necessária a realização periódica de reuniões abertas e ampliadas que dinamizem a discussão nos CMDRS, ser claro quanto a funcionalidade, acompanhar e verificar em campo se os conselhos municipais estão atuantes.

Nas capacitações realizadas nas Agritec's, após isso fazer uma análise o que mudou, fazer uma avaliação, o que avançou. Relacionar todos as políticas publicas e tornar mais democrático os conselhos municipais.

O Conselheiro Joaquim Alves (UNICAFES) – Os conselhos municipais são inoperantes, os conselhos não têm autonomia, funcionam através de Secretaria Municipal; os conselhos não têm operacionalidade. É preciso, acompanhar de perto e traçar mecanismo de fortalecimento e funcionalidade.

A Conselheira Graça Amorim (FETRAF//MA) – Coloca como fazer que os CMDRS sejam espaços que possam ter oportunidade para construir e serem atuantes? O CEDRUS pode auxiliar e acompanhar esses conselhos.

A Conselheira Cláudia Cascais (AGERP) – De incumbir legitimidade os conselhos municipais para viabilizar recursos através de Prefeituras, fazer a construção de políticas públicas. Existe projetos como Dom Helder Câmara, que vem buscando os conselhos de assistência social, onde não existe os CMDRS. Outros conselhos, tem recurso como por exemplo a educação, saúde. A conselheira então propõe, fazer um levantamento para essas capacitações em outros municípios; construir um planejamento, ter estruturação. Ter uma proposta baseado no “Plano Estratégico” trabalhando junto com a Câmara Municipal de Vereadores e ter um fundo para agricultura familiar.

O Conselheiro Miguel Henrique (FETAEMA) – Fala da importância de construir uma metodologia participativa para acompanhar esses conselhos municipais. Entender a política local é um instrumento de democratização da gestão que, além de ampliar a participação na elaboração da política pública. Realizar uma metodologia, acompanhamento e planejamento dessas ações através do CEDRUS.

A Presidente coloca que foi feito um pequeno plano e algumas ações foram realizadas e como podemos fazer esse plano de motivação para os conselhos municipais. Então, propõe a plenária a constituir um grupo para dinamizar um planejamento estratégico para atender as demandas do CEDRUS.

Em seguida houve a discursão para a criação de uma comissão para construir um planejamento de fortalecimento aos conselhos municipais - CMDRS.

Em votação foi decidido por plenária que ficassem as entidades para elaborar um plano estratégico de trabalho para o CEDRUS: UNICAFES, FETRAF/MA, UEMA, SAF e AGERP;

### **2.1 Solicitação de inclusão ao CEDRUS: Delegacia Federal da SEAD/MA e Rede de Colegiados;**

A Presidente, informa que vem sendo solicitado em reuniões do CEDRUS a inclusão da Delegacia Federal da SEAD/MA e a Rede de Colegiados, que são consideradas instâncias que compete ao conselho estadual avaliar sua participação, envolvimento de seus representantes como convidados. Mas, que tal inclusão como membro efetivo do CEDRUS, haveria de fazer alteração na Lei Estadual e Decreto e que no regimento interno permiti a substituição de outra entidade, neste caso por ausência de faltas conforme trata o Artigo 8º - *A ausência de qualquer representação com assento no CEDRUS por 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas ou 3 (três) dias intercaladas, sem justificadas implicará na perda do mandato, cabendo ao Presidente, ouvido demais conselheiros/as, adotar as providencias as regimentais para designação de novo membro.*

O Conselheiro Joaquim Alves (UNICAFES) – Fala que seja realizado outros debates sobre crédito e organização no campo e retomar a discussão de ampliação de outras entidades para compor o CEDRUS, que anteriormente era composto por 42 e foi reduzido depois para 32 membros. O Governo instituiu apenas 16 entidades em lei, deixando de fora muitas entidades representativas da agricultura.

O Conselheiro Itaan de Jesus (UEMA) – Defende a participação não somente de uma ou duas entidades e sim convidar outras. Realizar um debate mais amplo e inclui as

universidades para envolver as ações do CEDRUS nos trabalhos de pesquisas.

O Conselheiro Miguel Henrique – Enfatiza que não há como inclui a Delegacia Federal da SEAD/MA, pois a discussão é mais ampla de reestruturação do CEDRUS.

O Coordenador da UTE/SAF João Batista Rios – Interpela que trabalhando em parceria com o Governo Federal, é interessante discutir ampliação e a inclusão Delegacia Federal da SEAD/MA permitindo sua participação na Câmara Setorial do Crédito Fundiário e a importância de ter um órgão federal que discuti política agrária.

A Presidente faz observações no Regimento interno que os convidados em reunião do Conselho não tem poder de decisão, sem direito a voto.

### **3. POA – Plano Operativo Anual;**

O Coordenador da UTE/SAF João Batista Rios, falou do Plano Operativo Anual – POA, que foi elaborado em parceria com entidades que compõe a rede de apoio e demais parceiros do Programa no estado, que foi realizada uma oficina no dia 07 de agosto de 2018, teve a participação de um representante da SRA/SEAD, o Sr Marcio Silva que falou das etapas do PNCF e alterações na legislação.

Apresentou a Matriz de Metas do PNCF para o POA 2018 foi explanada com número de propostas a serem contratadas no PNCF SOCIAL – SIC 123 famílias e no PNCF SOCIAL- SIB 377 famílias totalizando 500 famílias. Será realizado 377 Monitoramento e supervisão dos projetos;

Após a apresentação do Plano, realizada pela coordenação da UTE e os esclarecimentos prestados pelo coordenador do Programa e assessoria técnica da UTE, foi o mesmo, submetido à apreciação dos conselheiros do CEDRUS. **Em seguida decidiu emitir parecer favorável ao Plano Operativo Anual do PNCF-MA e aprovação do referido plano.**

### **4. Situação atual do PNCF;**

O Coordenador da UTE/SAF João Batista Rios fala que teremos agora três linhas de crédito. O PNCF Social, o PNCF Mais e o PNCF Empreendedor.

O **PNCF Social** é específico para os agricultores familiares que vivem na região Norte e na área de abrangência da Sudene, inscritos no Cad Único, com renda anual de até R\$ 20 mil, um patrimônio de até R\$ 40 mil.

O **PNCF Mais** pode ser acessado por agricultores(as) de todas as regiões, exceto a área de abrangência da SUDENE, com renda de até R\$40 mil e o patrimônio pode chegar a R\$ 80mil.

Destacamos para estas duas linhas, quando a compra for entre herdeiros, o patrimônio pode chegar a R\$100 mil.

Teremos também o **PNCF Empreendedor**, que é uma grande novidade no programa. Essa será uma linha de risco bancário, para famílias de todo o Brasil, com renda de até R\$ 216 mil e patrimônio de até R\$500 mil.

As entidades parceiras no Maranhão credenciadas pela SRA para atuar na Fase 1 são a FETRAF/MA e FETAEMA, juntamente com os movimentos sociais, ONGs, empresas de Ater e prefeituras que irão capacitar esses agricultores e auxiliá-los com a elaboração da proposta.

Uma vez pronta, a proposta será encaminhada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável que irá analisar a elegibilidade e emitir parecer sobre o imóvel e a proposta de financiamento e correrá de acordo com **fluxo tramitação do PNCF**.

A Presidente coloca a situação das quebradeiras de coco babaçu de perderem o acesso e direito de uso das terras do programa PNCF e qual seria a alternativa viável para organizar essas mulheres?

O Coordenador da UTE/SAF – Existe um prazo para concluir todas as propostas assegurando atender 500 famílias até o final do ano, com a aprovação do POA e lembrando que não pode ultrapassar 825 hectares.

#### **5. Projeto CAR/BNDES.**

A Presidente apresenta o CAR – Cadastro Ambiental Rural que foi aprovado em dezembro de 2017 através da SAF, junto ao BNDES, no valor de R\$ 40.476.077,00 (quarenta milhões, quatrocentos e setenta e seis mil e setenta e sete reais) e prevê a implementação do CAR em 217 municípios do estado do Maranhão, com o objetivo de realizar a inscrição de 182.500 imóveis rurais de até 4 Módulos Fiscais. Foi criado um Comitê Gestor para que as entidades do movimento social, participasse conforme o Decreto 33.603 de 09 de novembro de 2017 com a seguinte composição: SAF, SEMA, SAGRIMA, SEIR, SECAP, ITERMA, AGERP, IMESC e Casa Civil.

**Objetivo do Projeto:** Apoiar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 182.500 imóveis de até quatro módulos fiscais nos 217 municípios do Estado do Maranhão.

**Beneficiários:** Pequenos imóveis rurais familiares com até quatro módulos fiscais, que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, ou comunidades tradicionais que façam uso coletivo de seu território nos 217 municípios do Estado do Maranhão.

Para realizar o Projeto CAR a composição será de 8 lotes nos 217 municípios formando 4 UGP- Unidade Gestora do Projeto para acompanhar e monitorar a execução do projeto, todos os processos administrativos, realiza a prestação de contas e realizam visitas as bases trimestralmente.

Em cada lote terá 2 (dois) coordenadores de campo totalizando 16 (dezesesseis) coordenadores que acompanham os trabalhos em campo e nos escritórios da AGERP dos lotes. E se reúnem uma vez com a UGP. OBS: Devem ficar lotados em uma das regionais que engloba seu lote

No ponto focal teremos 1(um) técnico para cada AGERP totalizando 19 (dezenove) técnicos que acompanham e apoiam as atividades do ponto focal de inserção do CAR. OBS: Devem ficar lotados no município da regional.

Serão contratados diretamente técnicos de campo em 7 AGERP'S totalizando 133 profissionais para fazer o CAR.

## **ETAPAS:**

### **1. Apoio a inscrição do CAR:**

- Inscrição de 182.500 IMRs de até 4MF's no SICAR total a realizar 37.355.925,00
- Nivelamento Conceitual Metodológico dos técnicos em campo total a realizar 158.110,00

### **2. Divulgação, Mobilização e Sensibilização**

- Sensibilização do Público alvo para os 8 lotes para adesão ao CAR, total a realizar 332.928,00
- Divulgação e Mobilização total a realizar total a realizar 245.230,00

### **3. Fortalecimento Institucional (SAF x AGERP)**

- Estruturação física da SAF x AGERP total a realizar 2.914.432,00
- Capacitação dos Servidores da SAFx AGERP x ITERMA total a realizar 205.720,00

### **4. Total do Recursos do Projeto CAR:**

FUNDO AMAZÔNIA/BNDES 40.46,077

CONTRAPARTIDA/SAF 736.228

A Presidente concluiu a apresentação e logo falou sobre dos **Direitos Constitucionais para a Demarcação e Titulação dos Territórios Quilombolas:**

**Direito à consulta prévia, livre** – É o direito dos povos tradicionais de serem consultados, toda vez que se estude, planeje ou decida medidas que possam afetá-los diretamente. Destacou a **Convenção de nº 169**, da organização internacional do trabalho (OIT) conforme o Artigo 6º: Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) Consultar os povos interessados por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los.

Portanto é recomendado que em áreas das comunidade e povos tradicionais haja uma mobilização, uma reunião com todos os movimentos sociais para ter um **consentimento prévio** aos trabalhos e atividades rurais por entidades ou empresas que forem executar o CAR, apresentando uma **carta de anuência** firmada pelas comunidades ou pelas organizações de base para não haver conflitos ou sobreposições de áreas a ser demarcadas.

### **Encaminhamentos:**

[1] A Nova Legislação da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) – Tema para próxima reunião do CEDRUS;

[2] Reunião da Comissão para o Planejamento Estratégico CEDRUS;

[3] Convidar o Superintendente do INCRA para participar 5ª Reunião Ordinária do CEDRUS.

**Agenda para a Próxima Reunião:** A próxima reunião deste conselho ficou agendada para o dia 19/10/2018 às 09:00 horas no Auditório da SAF.